



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA ZONA NASCENTE DE QUARTEIRA ENTRE A AV. DE CEUTA E A AV. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – CONCELHO DE LOULÉ

Caderno de Encargos



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de serviços de limpeza urbana na zona nascente de Quarteira entre a Av. de Ceuta e a Av. Francisco Sá Carneiro, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II deste caderno de encargos.

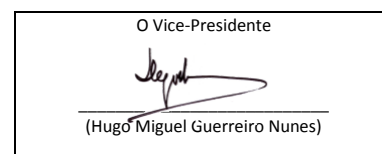
Artigo 2º

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Artigo 3º

Prazo e regime da prestação de serviços

- 1- O contrato tem a duração de 9 (nove) meses a contar da data da sua entrada em vigor e caducará automaticamente no dia 31 de dezembro de 2017.
- 2- A prestação de serviços terá lugar de acordo com o definido na parte II do presente caderno de encargos e no planeamento de serviços apresentado na proposta do concorrente, desde que aprovado pela Divisão de Limpeza e Higiene Pública (DLHP).

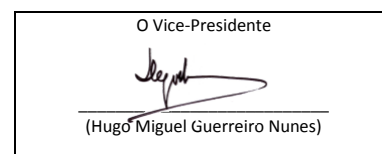
Artigo 4º

Obrigações principais do adjudicatário

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - 1.1- O prestador fica obrigado a executar todos os serviços indicados, dentro do âmbito do contrato, durante o período de vigência do mesmo;
 - 1.2- O Adjudicatário será responsável por garantir a limpeza e varredura dos arruamentos, passeios e outros espaços públicos dentro da área objeto do presente concurso, de acordo com o plano de trabalhos aprovado ou sempre que se justifique, por forma a que a área de intervenção se encontre permanentemente limpa;
 - 1.3- Não é admissível a presença de sacos de plástico ou qualquer outro equipamento na via pública, contendo resíduos resultantes das operações de limpeza da área de intervenção.
 - 1.4- Sempre que ocorram na área de intervenção e durante o horário de trabalho da prestação de serviços, atividades lúdicas, festas e outros eventos culturais, e mediante solicitação da Divisão de Limpeza e Higiene Pública, o Adjudicatário fica obrigado a assegurar a limpeza urbana nas áreas, espaços e arruamentos onde tais eventos ocorram.
 - 1.5- O Adjudicatário deverá assegurar que os meios operacionais deverão iniciar os trabalhos no local da prestação de serviços de acordo com os horários definidos na parte II do presente caderno de encargos. Estes poderão ser alterados por mútuo acordo da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário, desde que o total de horas diárias não seja alterado.
 - 1.6- Ficará a cargo do adjudicatário a colocação de sinalização adequada, seja sinalização vertical, pinos, placas informativas ou outra, nos locais de intervenção, sendo da inteira responsabilidade deste quaisquer prejuízos que a falta ou deficiência de sinalização possa ocasionar, quer ao desenvolvimento dos trabalhos quer a terceiros. O modelo de sinalética a utilizar deverá ser apresentado à entidade adjudicante para apreciação e aprovação.



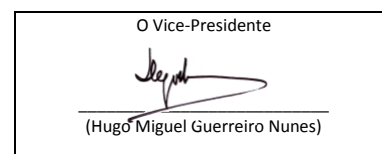
CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- 1.7- A colocação da sinalização referida no ponto anterior deverá ser efetuada a uma distância que seja considerada de segurança para a realização dos trabalhos, devendo esta ser colocada na parte posterior e anterior ao local de intervenção.
- 1.8- O adjudicatário deverá comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Loulé, todos os acidentes ocorridos durante a prestação de serviços.
- 1.9- O adjudicatário obriga-se a avaliar todos os riscos associados a cada intervenção e a definir as medidas de prevenção adequadas.
- 1.10- Ao adjudicatário cabe garantir que os seus trabalhadores possuem os conhecimentos técnicos inerentes às tarefas que lhes forem confiadas, bem como dos riscos que lhes estão associados, e que dispõem de adequados equipamentos de trabalho, de proteção coletiva e de proteção individual.
- 1.11- O pessoal afeto à prestação de serviços deverá possuir fardamento apropriado e completo, de acordo com as indicações de higiene e segurança que o serviço requer e legalmente aplicáveis, assim como, a respetiva identificação.
- 1.12- A aquisição de todo o equipamento necessário à prestação de serviços ficará ao encargo do Adjudicatário, assim como, todos os custos de manutenção e conservação durante o período de vigência do contrato.
- 1.13- As viaturas a utilizar pelo Adjudicatário na realização da prestação de serviços deverão manter-se com boa imagem e em bom estado de conservação, sendo obrigatoriamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização, bem como objeto de assistência mecânica adequada e sujeitas a vistorias permanentes.
- 1.14- Todos os equipamentos ruidosos utilizados na prestação de serviços, enumerados no artigo 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 221/2006, deverão cumprir o exigido no diploma referido e exibir nos referidos equipamentos, o nível da potência sonora (expressa em LWA) e a marcação CE, conforme disposto no referido Decreto-Lei.
- 1.15- O adjudicatário é responsável pelo integral cumprimento, no que for aplicável, do disposto na Lei n.º 26/2013 de 11 de Abril, nomeadamente no que diz respeito a regras e medidas de segurança e redução do risco na aplicação de fitofármacos, princípios gerais de proteção integrada, e registos das aplicações.
- 1.16- O adjudicatário fica obrigado, antes de dar início aos trabalhos de aplicação de produtos fitofármacos, a entregar à entidade adjudicante as fichas técnicas e fichas de segurança, bem como documentos com a indicação da homologação, redigidos em português de todos os produtos fitofármacos a usar na monda química. Esta obrigação permanece sempre que se verifiquem mudanças ou alterações de composição nos produtos a aplicar.
- 1.17- Em toda a zona de intervenção, o Adjudicatário tem como obrigação limpar os locais onde sejam efetuadas descargas clandestinas de resíduos, recolher os resíduos e transportá-los a destino final adequado.
- 1.18- O Adjudicatário deverá adquirir todos os produtos consumíveis e equipamentos necessários para a execução dos serviços objeto deste concurso (e.g. sacos plásticos, carrinhos de varredura manual, pás, vassouras, carros de varredura mecânica, detergentes, herbicidas, entre outros).



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



1.19- Os resíduos e inertes resultantes da execução dos serviços objeto do presente concurso deverão ser atempadamente transportados a destino final adequado (estação de transferência ou aterro sanitário), sendo que as distâncias do centro urbano de Almancil às referidas infra-estruturas são as seguintes:

- Centro urbano de Quarteira à Estação de Transferência Faro-Loulé-Olhão: cerca de 11 km;
- Centro urbano de Quarteira ao Aterro Sanitário do Sotavento: cerca de 42 km;

Após a adjudicação, o Adjudicatário deverá fornecer antecipadamente à Divisão de Limpeza e Higiene Pública a relação das matrículas das viaturas que efetuarão o transporte dos resíduos. Sempre que haja necessidade de substituir alguma das viaturas o Adjudicatário deverá contactar de imediato os serviços da Divisão de Limpeza e Higiene Pública, para que estes procedam à comunicação da mesma.

1.20- Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com o Plano de Trabalhos ou sempre que hajam outros desvios ao definido no Caderno de Encargos, o Adjudicatário fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.

1.21- O Adjudicatário obriga-se a estabelecer uma estrutura de pessoal que permita dar satisfação aos objetivos propostos e às exigências do presente Caderno de Encargos afetando os mesmos de acordo com as necessidades.

1.22- São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução dos trabalhos afetos à prestação de serviços, nomeadamente a sua aptidão profissional e a sua disciplina.

1.23- O prestador de serviços fica obrigado a manter ao seu serviço o pessoal técnico e administrativo necessário à boa execução da prestação de serviços.

1.24- O Adjudicatário deverá manter um conjunto de materiais, peças de substituição, ferramentas e materiais de exploração, necessários ao bom funcionamento da prestação de serviços, e que permitirão a rápida resolução de avarias e reparações de rotina sem que exista quebra na quantidade/qualidade dos serviços prestados;

1.25- Os meios humanos e equipamentos exigidos na parte II do presente caderno de encargos para os serviços objeto do presente concurso são meios efetivos, não incluindo os meios de reserva para assegurar a rotatividade dos serviços, nomeadamente férias, folgas e faltas.

1.26- O pessoal deverá ter robustez física necessária para o cargo e demonstrar sensibilidade em relação ao trato com os munícipes.

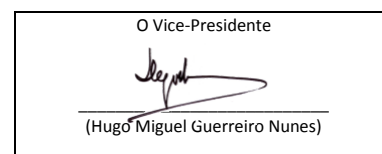
1.27- O Adjudicatário fica obrigado a providenciar ações de formação aos colaboradores que prestam serviços no âmbito do presente concurso, nas áreas da Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança no Trabalho.

1.28- Deverão remeter à Divisão de Limpeza e Higiene Pública o plano anual de formação, onde conste os objetivos detalhados de cada ação de formação planeada, o público-alvo e datas previstas.

1.29- Após a realização das ações de formação deverá o Adjudicatário remeter à Divisão de Limpeza e Higiene Pública, todos os comprovativos de participação em formação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



2- A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 5º

Direitos e obrigações principais da Câmara Municipal de Loulé

- 1- É obrigação da Câmara Municipal de Loulé assumir os encargos inerentes à deposição de resíduos resultantes da execução da prestação de serviços.
- 2- A Câmara Municipal de Loulé sempre que ocorram fatores imponderáveis e supervenientes, reserva-se no direito de modificar os horários, após concordância de ambas as partes.

Artigo 6º

Controlo e fiscalização dos serviços prestados

1- Direção técnica:

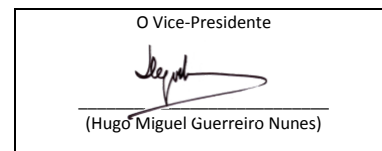
- O Adjudicatário deverá confiar a direção técnica da prestação de serviços a um técnico com a qualificação mínima de Engenheiro Licenciado;
- Devem intervir obrigatoriamente por parte do Adjudicatário, um “Encarregado” para acompanhar os trabalhos e informar a fiscalização da Câmara Municipal de Loulé.
- O Diretor Técnico da prestação de serviços e o Encarregado devem ser indicados pelo Adjudicatário à Câmara Municipal de Loulé, com a sua identificação completa, qualificação técnica e o seu contacto telefónico.
- Sempre que convocados pela Câmara Municipal, o Diretor Técnico e o Encarregado afectos à prestação de serviços deverão comparecer nos locais da convocatória.
- A Câmara Municipal de Loulé poderá impor a substituição do Diretor Técnico da prestação de serviços ou do Encarregado desde que esta seja fundamentada por escrito.

2- Fiscalização:

- Compete à Câmara Municipal de Loulé o controlo e fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação de serviços.
- A Câmara Municipal de Loulé notificará o Adjudicatário da identidade dos representantes que designe para a fiscalização do local dos trabalhos.
- A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- A Câmara Municipal de Loulé poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.

- A Câmara Municipal de Loulé reserva-se no direito de subcontratar os trabalhos que sejam fruto de incúria ou deficiente prestação de serviços a outras empresas ou, alternativamente, efetuar esses trabalhos por trabalhadores desta edilidade, sendo aplicada a penalidade contratual definida no artigo 11º.

Artigo 7º

Responsabilidade Civil e Seguros

1- O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada.

2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.

Artigo 8º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 9º

Preço contratual

1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 10º

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- O Adjudicatário apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços contínuos prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório de execução de serviços.
- 3- O pagamento dos serviços efetuados apenas será processado, após a aprovação do relatório mensal de execução de serviço, pela Divisão de Limpeza e Higiene Pública, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas após o cumprimento desta formalidade.
- 4- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

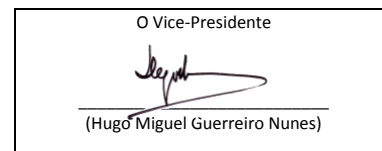
Artigo 11º

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Quando ocorram atrasos relativamente ao planeamento dos serviços e estes não sejam comunicados de acordo com o prazo definido no ponto 1.20 do artigo 4º, será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso relativamente ao previsto no plano de trabalhos que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total do serviço a faturar por cada dia de atraso;
 - b) Nos trabalhos que sejam fruto de incúria ou deficiente prestação de serviços, será aplicada uma pena pecuniária que corresponde a 5% do valor mensal adjudicado, de acordo com os preços apresentados pelo adjudicatário;
 - c) Quando se verifique nas ações de fiscalização da execução do contrato que os meios afectos a um determinado serviço não são os que constam do contrato será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 10% do valor mensal da tarefa;
 - d) Sempre que se verifique o não cumprimento do disposto no ponto 4 da parte II do presente caderno de encargos (requisitos a que ficam obrigados os fornecedores da DLHP), poderá ser aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 10% do valor mensal da prestação de serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



e) Sempre que se verifique o não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega de relatórios ou documentos/respostas a solicitações da Entidade Adjudicante, poderá ser aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 1% do valor mensal da prestação de serviços.

f) Em caso de incumprimento contratual de qualquer uma das situações descritas nas alíneas anteriores do artigo 11º, de forma recorrente (consecutivamente ou interpolada) a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de proceder à rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização ou custos que daí possam advir, prescindindo do pagamento de qualquer pena pecuniária por parte do Adjudicatário.

2- O valor das penalidades contratuais a aplicar, serão creditados a favor da autarquia ou deduzidos na fatura do contrato correspondente ao mês seguinte, a favor da Entidade Adjudicante, conforme aplicável.

Artigo 12º

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

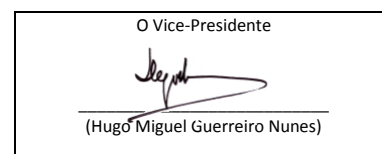
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.
- b) Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com a programação de execução dos serviços prevista, ou sempre que hajam outros desvios ao definido no Caderno de Encargos, o Adjudicatário fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.
- c) Nos termos da alínea f) do artigo 11º.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Artigo 14º

Resolução por parte do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:


- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Execução da caução

- 1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.
- 2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

Artigo 16º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17º


Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 18º

Preço base

O preço base do procedimento é € 110.000,00 (cento e dez mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Artigo 19º

Preço anormalmente baixo

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 71º do CCP, considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for igual ou inferior a € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 20º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 21º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.1- Limpeza urbana

A limpeza urbana consiste nos serviços de varredura urbana, limpeza de grelhas e sarjetas (profunda) e limpeza de ervas infestantes nas zonas pedonais, na área de intervenção assinalada na planta n.º 1.

1.1.1- Varredura urbana

A varredura urbana inclui todas as operações necessárias de modo a remover todos os resíduos sólidos acumulados ou dispersos na área de domínio público assinalada na planta em Anexo (planta n.º 1), não sendo permitido ao Adjudicatário proceder à sua deposição em papeleiras, ecopontos, vidrões e contentores públicos.

A intervenção da varredura urbana inclui:

- a varredura propriamente dita de toda a faixa de rodagem de circulação de viaturas e zonas de estacionamento;
- a varredura de todos os passeios, separadores, bermas e faixas de circulação de peões;
- a limpeza das caldeiras das árvores, com remoção de detritos;
- a limpeza de valetas, caso existam;
- a desobstrução de grelhas e sarjetas (manutenção);
- a remoção dos resíduos sólidos nos espaços verdes;
- a remoção e limpeza de excrementos provenientes da defecação de animais.

No âmbito da execução desta tarefa, entende-se por resíduos sólidos papéis, plásticos, areias/terras dispersas, folhas, ou quaisquer outros detritos sólidos existentes na via pública. Não estão incluídos no âmbito do presente concurso os serviços de remoção de resíduos líquidos.

A varredura urbana deverá incluir varredura manual e mecânica na área da planta n.º 1, de acordo com a tipologia de resíduos e do local a intervencionar. O equipamento mecânico de apoio à varredura manual deverá estar permanentemente operacional e ter um funcionamento silencioso e não poluente.

Nesta tarefa deverá ainda ser contemplada a remoção dos resíduos das papeleiras, ou depositados junto delas, e substituição do saco plástico das mesmas. O fornecimento dos sacos plásticos será da responsabilidade do Adjudicatário. Exige-se que esta recolha e substituição do saco sejam efectuadas com a periodicidade necessária ao seu normal funcionamento e nas condições óptimas de higiene e salubridade pública, sendo que a substituição do saco plástico deve ser efectuada no mínimo uma vez por semana. Sempre que seja necessário deverá o Adjudicatário proceder à lavagem interior e exterior das papeleiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

O serviço de remoção de excrementos provenientes da defecação de animais deverá ser efectuado pelos cantoneiros de varredura manual, de modo a que a área de intervenção esteja permanentemente limpa.

	Área de Intervenção	Frequência	Horário	Meios humanos	Equipamentos
Varredura manual	Planta n.º 1	De 1 Abril a 31 Maio e de 1 Outubro a 31 Dezembro (2.ª Feira a Domingo, exceto 5.ª feira, incluindo feriados)	07h-13h30m	7 Cantoneiros*	7 Kits de limpeza**
		De 1 Junho a 30 Setembro (2.ª Feira a Domingo, incluindo feriados)	06h-12h30m	7 Cantoneiros*	7 Kits de limpeza**
Varredura mecânica	Planta n.º 1	De 1 Abril a 31 Maio e de 1 Outubro a 31 Dezembro (2.ª Feira a Domingo, exceto 5.ª feira, incluindo feriados)	07h-13h30m	1 Motorista*	1 Varredora de 4 m ³ (aproximadamente) 1 Soprador
		De 1 Junho a 30 Setembro (2.ª Feira a Domingo, incluindo feriados)	06h-12h30m		

* Os meios humanos afectos a estas tarefas não podem efectuar outra tarefa durante o mesmo horário, excepto por indicação da Entidade Adjudicante.

** Cada Kit de limpeza deverá contemplar, no mínimo, 1 carrinho de varredura, 1 pá, 1 vassoura e 1 pinça.

1.1.2- Limpeza de grelhas e sarjetas (profunda)

Esta tarefa inclui todas as operações necessárias à desobstrução permanente de sarjetas, bocas de lobo, grelhas e outros elementos de drenagem de águas pluviais. A limpeza de grelhas e sarjetas deverá contemplar intervenções profundas na época que antecede as chuvas, podendo haver a necessidade de intervir de imediato e continuamente, na época das chuvas, para prevenir situações de inundação, provocadas por estas.

Cada intervenção profunda implica que seja efectuada a limpeza de todas as grelhas e sarjetas dentro da área da planta n.º 1. Para além das intervenções profundas deverá ser efectuada permanentemente a manutenção das mesmas.

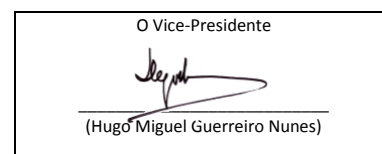
Serviço	Área de Intervenção	Frequência	Horário	Meios humanos	Equipamentos
Limpeza de grelhas e sarjetas (profunda)	Planta n.º 1	<u>Manutenção</u> : diária <u>Profunda</u> : 1 intervenção** no mês de Abril e Setembro, ou sempre que seja necessário	Abr.: 07h-13h30m Set.: 06h-12h30m	1 Motorista* 1 Cantoneiro*	1 Varredora de 4 m ³ (aproximadamente) com mangote de aspiração Soprador, rodos, pás, vassouras

* Os meios humanos afectos a estas tarefas não podem efectuar outra tarefa durante o mesmo horário, excepto por indicação da Entidade Adjudicante.

** Cada intervenção implica a limpeza de todas as grelhas e sarjetas dentro da área da planta n.º 1.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



1.1.3- Limpeza de ervas infestantes nas zonas pedonais

Entende-se por “zona pedonal” toda a área de domínio público ou faixa de 2,00 metros (aproximadamente), nos casos em que o passeio não seja pavimentado.

A deservagem consiste na limpeza de ervas nas zonas pedonais, através de herbicida e/ou meios mecânicos, sem molestar aquelas que têm uma função decorativa. Após o corte da vegetação, deverão ser aplicadas substâncias químicas, em combinação e dosagens criteriosamente adequadas às características do solo, efeito desejado, época do ano, condições climáticas ou meio ambiente. O herbicida a aplicar deverá ser sistémico de absorção foliar, para combate a infestantes anuais e vivazes, adequado a desinfestação de estradas, caminhos, áreas urbanas e outras. Deverá ainda apresentar características de produto não residual nem bioacumulável, deverá ser biodegradável com tempo médio de atividade reduzido e de baixa perigosidade para as pessoas e animais, garantindo a compatibilidade para com o ambiente.

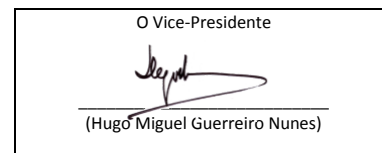
De modo a garantir a eficácia da aplicação do herbicida e de modo a garantir a adequação da quantidade de fitofármaco e volume de calda à área de aplicação, respeitando as doses indicadas, torna-se necessário calibrar correctamente o equipamento de pulverização, calculando o volume de calda gasto por hectare, de acordo com o débito do pulverizador (l/m), da velocidade e largura de trabalho, com especial atenção à uniformidade da distribuição da calda. Só é permitida a aplicação de produtos fitofarmacêuticos devidamente autorizados pela DGAV. Na aplicação devem ainda ser respeitadas as indicações e as condições de utilização autorizadas e expressas nos rótulos das embalagens ou autorizadas e divulgadas no site da DGAV.

Para a execução deste serviço deverão ser contempladas intervenções profundas e intervenções de manutenção, sendo que para tal deverá existir uma equipa constituída por 3 cantoneiros (2 cantoneiros destinados a aplicação de herbicida e 1 cantoneiro para o corte mecânico). Os meios humanos e equipamentos afetos à execução deste serviço deverão estar exclusivamente ao serviço da Entidade Adjudicante, no horário de trabalho definido, durante o período estabelecido para a execução das intervenções profundas (Abril, Junho, Outubro e Dezembro). Não será permitida a execução deste serviço por cantoneiros afetos a outras tarefas dentro da prestação de serviços objecto de contrato.

A aplicação de herbicida deverá ser complementada com o corte mecânico no sentido de eliminar as herbáceas de maior dimensão. Após a aplicação do herbicida e assim que se faça sentir o efeito deste, deverão ser efectuados cortes mecânicos e limpeza da área de modo a eliminar os produtos resultantes (ervas seca).



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Intervenções profundas:

Em cada intervenção profunda deverá ser efectuada a remoção das ervas infestantes (através de herbicida e meios mecânicos), sejam estas apresentadas em manchas contínuas ou ervas dispersas, em toda a área da planta n.º 1.

A aplicação do herbicida deverá ter início no primeiro dia do mês e término no final do mês correspondente, de modo a que a intervenção seja contínua, ou seja, a aplicação deverá ser efectuada em dias seguidos e em áreas contíguas (caso as condições climáticas o permitam) e abranger toda a área objecto de contrato. Para tal, o adjudicatário deverá apresentar um planeamento de trabalhos antes de cada uma das intervenções (Abril, Junho, Outubro e Dezembro), de modo a que este seja aprovado pela Entidade Adjudicante. O planeamento deverá incluir as zonas a intervir (em cartografia), os dias e horários de intervenção, bem como a equipa afectada ao serviço.

A frequência definida para as intervenções profundas (Abril, Junho, Outubro e Dezembro), poderá ser alterada (antecipada ou adiada), por motivos relacionados com condições climáticas adversas à execução desta tipologia de trabalho, sendo que neste caso deverá essa alteração ser comunicada à Entidade Adjudicante e só poderá ser alterada mediante aprovação desta. A Entidade Adjudicante reserva-se ainda no direito de poder alterar a frequência definida, caso esta o entenda, sem que no entanto, sejam efectuadas mais intervenções do que as que se encontram estabelecidas.

Na intervenção de cada área (aquando da aplicação de herbicida) deverá ser efectuado um aviso prévio à população, mediante a afixação de cartazes nos locais públicos a intervir, de forma visível, com uma antecedência mínima de 24 horas. Os avisos a afixar deverão ser remetidos à Entidade Adjudicante para prévia aprovação.

Intervenções de manutenção:

Para além das intervenções profundas deverá ser efectuada permanentemente a manutenção de toda a área objecto de contrato.

No que respeita à manutenção da área, não serão admitidas a permanência de ervas infestantes, podendo nestas situações serem efectuados trabalhos de remoção das mesmas, através de aplicação de herbicida e/ou meios mecânicos, de forma pontual, ou seja em locais dispersos sem obrigatoriedade de serem efectuados trabalhos em áreas contíguas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Serviço	Área de Intervenção	Frequência	Horário	Meios humanos	Equipamentos
Limpeza de ervas infestantes (intervensões profundas)	Planta n.º 1	1 intervenção* no mês de Abril, Junho, Outubro e Dezembro	Horário diurno	3 Cantoneiros**	1 Viatura ligeira com grupo motopulverizador Roçadoras mecânicas Pulverizadores de dorso Herbicida
Limpeza de ervas infestantes (intervensões de manutenção)		Sempre que seja necessário			

* Cada intervenção implica a limpeza de todas as grelhas e sarjetas dentro da área da planta n.º 1.

** Os meios humanos afetos a esta tarefa não podem efetuar outra tarefa durante horário que for definido para a execução desta, excepto por indicação da Entidade Adjudicante.

1.2- Remoção de objetos volumosos fora de uso (monstros) e outros resíduos sólidos na via pública

A recolha de monstros e outros resíduos sólidos na via pública tem como objetivo remover os resíduos sólidos de grandes dimensões (monstros) ou quaisquer outros resíduos sólidos depositados junto dos equipamentos de deposição (ecopontos/vidrões isolados, contentores de superfície, contentores semi-enterrados tipo molok, estruturas enterradas, papeleiras, ou outros existentes) ou em qualquer espaço público dentro da área da planta n.º 1. No entanto, a Câmara Municipal de Loulé poderá alterar alguns dos locais a intervencionar, sem que a área total de intervenção seja acrescida, no que respeita a km percorridos.

Os resíduos passíveis de valorização deverão ser recolhidos separadamente e entregues para destino final adequado, devendo o adjudicatário proceder de acordo com o definido no ponto 4.2.2 do presente Caderno de Encargos.

Os restantes resíduos deverão ser igualmente transportados a destino final adequado (estação de transferência ou aterro sanitário).

Esta recolha também poderá ser efetuada por solicitação dos munícipes, através de contacto telefónico com a Entidade Adjudicante. Esta encarregar-se-á de enviar, via fax, ao Adjudicatário a solicitação, para que todos os procedimentos sejam executados por este. Para os devidos efeitos, deverá ser acordada uma hora e um local para a deposição dos objetos, não podendo os mesmos permanecer na via pública num período superior a 24 horas. Salvo em situações excecionais, os resíduos a recolher não poderão ser colocados junto do equipamento de deposição. Todos os serviços efetuados pelo Adjudicatário por solicitação exterior à Divisão de Limpeza e Higiene Pública deverão ser comunicados por escrito a esta.

Pendões e cartazes de publicidade deverão ser recolhidos após prévia indicação dos serviços da Divisão de Limpeza e Higiene Pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Serviço	Área de Intervenção	Frequência	Horário	Meios humanos	Equipamentos
Recolha de monstros e outros resíduos na via pública	Planta n.º 1	De 1 Abril a 31 Maio e de 1 Outubro a 31 Dezembro (2.ª Feira a Domingo, exceto 5.ª feira, incluindo feriados)	07h-13h30m	1 Motoristas* 2 Cantoneiros*	1 Viatura de caixa aberta com tonelage superior a 3.500kg com plataforma elevatória
		De 1 Junho a 30 Setembro (2.ª Feira a Domingo, incluindo feriados)	06h-12h30m		

* Os meios humanos afectos a estas tarefas não podem efectuar outra tarefa durante o mesmo horário, excepto por indicação da Entidade Adjudicante.

2. PLANO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

2.1- O Adjudicatário fica obrigado a apresentar um calendário anual com a distribuição dos serviços, ou seja, os dias exatos em que decorre cada um dos serviços da prestação de serviços e qual a equipa afeta a cada um desses serviços

2.2- O Plano de Trabalhos deverá ser apresentado em papel e em suporte digital, após aprovação do formato pela Câmara Municipal de Loulé.

3. RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO

3.1- O Adjudicatário fica obrigado a apresentar em formato digital editável (Word e/ou Excel), relatórios mensais durante o tempo que decorrer a prestação de serviços.

3.2- O Adjudicatário fica obrigado a entregar os relatórios mensais no prazo máximo de oito dias após o fim do período a que os mesmos dizem respeito, sendo que os dados a apresentar deverão ser mensais, com início no dia 1 de cada mês.

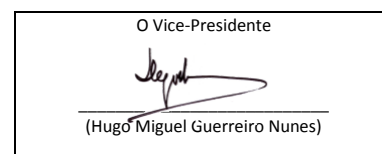
3.3- Nos relatórios deverão constar os seguintes dados referentes à prestação de serviços:

3.3.1- Indicadores de desempenho e dados associados às variáveis:

Quarteira		
Serviços a executar	Indicador	Unidades
Varredura mecânica	N.º horas efetuadas/dia	horas/dia
	Consumos de combustível/mês	litros/mês
Limpeza de grelhas e sarjetas (profunda)	N.º grelhas e sarjetas limpas/dia	N.º/dia
Remoção de resíduos das papeleiras	N.º de sacos utilizados/mês	N.º/mês
Remoção de monstros	Quantidade de resíduos recolhidos resultantes das solicitações/dia	ton/dia
	Quantidade de resíduos recolhidos junto dos equipamentos de deposição/dia	ton/dia
	Consumo de combustível/mês	l/mês
	Quilómetros percorridos por jornada de trabalho	km/frete
Limpeza de ervas infestantes	Consumo de produtos químicos/intervenção	l/intervenção



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



3.3.2- Indicação de todas as reclamações recebidas, identificação das causas das mesmas e correção e/ou ações corretivas;

3.3.3- Indicação dos incidentes de trabalho, com identificação das causas e respetivas ações de melhoria implementadas.

3.4- A Entidade Adjudicante poderá solicitar ao adjudicatário, no âmbito da execução do relatório mensal, o preenchimento de impressos próprios para os dados referidos na alínea anterior, ou outros que a Entidade Adjudicante entenda.

4. REQUISITOS A QUE FICAM OBRIGADOS OS FORNECEDORES DA DLHP

A Divisão de Limpeza e Higiene Pública, tem um Sistema de Gestão Integrado (SGI) certificado, cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos.

4.1- Requisitos Gerais

4.1.1- Todos os concorrentes deverão garantir que os requisitos aplicáveis no âmbito do SGI e nomeadamente a informação contida no presente documento, será considerada na elaboração da sua proposta, bem como em caso de adjudicação são comunicados e cumpridos pelos seus colaboradores e subcontratados;

4.1.2- Para garantir o cumprimento dos requisitos definidos, os prestadores ficam sujeitos a possíveis auditorias ou ações de fiscalização, a realizar por colaboradores da DLHP, ou de outra entidade contratada para o efeito, sempre que esta o entender;

4.1.3- O prestador fica obrigado a disponibilizar os meios necessários ao normal decurso das ações de fiscalização ou auditoria, devendo igualmente, sempre que solicitado, facilitar o acesso a instalações bem como ao fornecimento de dados, documentos, ou outros elementos solicitados pela DLHP, ou por quem for designado para o efeito;

4.1.4- O adjudicatário é avaliado periodicamente no âmbito do impacto no serviço, cliente e ambiente relativamente à execução do contrato. A periodicidade de avaliação é definida pela DLHP;

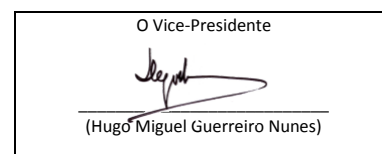
4.1.5- Em qualquer momento pode a DLHP solicitar resposta a inquéritos ou questionários;

4.1.6- Sempre que a DLHP considere justificável, poderá solicitar ações de melhoria ao adjudicatário, de forma a contribuírem para o aumento da satisfação dos clientes e qualidade dos serviços prestados;

4.1.7- Os Prestadores que trabalhem em nome da DLHP devem demonstrar evidências das competências dos seus colaboradores, para a gestão dos aspetos ambientais significativos das suas atividades. Caso não haja registos de competências, devem os prestadores providenciar ações de formação/sensibilização para o efeito, comprovando a aquisição dessas competências. A DLHP poderá considerar e registar o acompanhamento da atividade dos fornecedores/prestadores, de forma a verificar a eficácia da formação providenciada.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



4.2- Requisitos Ambientais

4.2.1- Regras Gerais

- a) O Adjudicatário deve actuar de acordo com a regulamentação e legislação em vigor relativa à proteção do ambiente;
- b) Os produtos aplicados no âmbito de serviços prestados à Divisão deverão estar em cumprimento com toda a legislação ambiental nacional e comunitária aplicável;
- c) Devem ser adotadas todas as medidas e boas práticas de gestão ambiental, com vista ao controlo e minimização de impactes ambientais, nomeadamente redução da produção de resíduos, gestão adequada dos mesmos, bem como diminuição da poluição do ar, água, solo e ruído para o exterior;
- d) Os Prestadores que trabalhem em nome da DLHP devem enviar dados relativos ao consumo de combustível e água, aquando da sua prestação de serviços à DLHP;
- e) O custo de reparação de eventuais danos ambientais causados pelo desrespeito das regras ambientais definidas neste documento será imputado à empresa responsável pela situação.

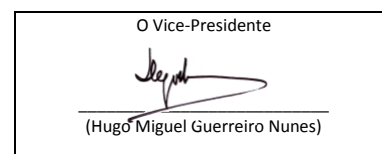
4.2.2- Gestão de Resíduos

Resíduos produzidos pelo Fornecedor no decorrer das suas atividades

- a) É da responsabilidade dos fornecedores da DLHP, assegurar a gestão dos resíduos produzidos no decorrer das suas atividades, devendo garantir o respetivo acondicionamento, identificação, transporte e encaminhamento para destino final adequado por operadores autorizados. Deverá ser enviada à DLHP uma cópia da(s) licença(s) do operador(es) de gestão de resíduos;
- b) Na sequência do envio dos resíduos para destino final adequado, deverão preencher o modelo A da Guia de Acompanhamento de Resíduos (Mod. 1428 da INCM), e enviar uma cópia do triplicado (destino final/destinatário) à DLHP, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de deposição;
- c) No Plano de Gestão de Resíduos, deve constar de entre outros elementos que se considere oportunos:
 - ☒ Tipologia (designação) dos resíduos produzidos pelo adjudicatário decorrentes da execução das suas atividades;
 - ☒ Código da Lista Europeia de Resíduos (LER), de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março;
 - ☒ Classificação dos resíduos em termos de perigosidade;
 - ☒ Práticas propostas relativamente ao acondicionamento e armazenamento temporário;
 - ☒ Destino Final Adequado (destino, empresa, operador).
- d) No que respeita à produção de resíduos de construção e demolição (RCD), a gestão dos mesmos é da responsabilidade integral do adjudicatário, bem como, executar o plano de prevenção e gestão de RCD, de acordo com a legislação em vigor.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Resíduos geridos pelo Fornecedor no âmbito da execução de um contrato

a) Os resíduos recolhidos pelas empresas adjudicatárias provenientes da execução de um contrato, são da responsabilidade do adjudicatário e geridos por este nomeadamente no que diz respeito ao encaminhamento e deposição em destino final adequado, através de entidades licenciadas e aprovadas pela Câmara Municipal de Loulé.

4.2.3- Produtos / substâncias químicas

- a) Não poderão ser utilizadas/incorporadas substâncias proibidas por lei;
- b) É obrigatório o envio de Fichas Técnicas e Fichas de Segurança em português a acompanhar todos os produtos químicos, substâncias químicas, fornecidas à Divisão, ou aplicadas no âmbito de contratos celebrados;
- c) Não é permitido o despejo de qualquer produto químico nas redes de drenagem de águas residuais e águas pluviais, bem como no meio receptor;
- d) De forma a evitar a ocorrência de derrames ambientais devem executar-se todos os trabalhos de trasfega de resíduos líquidos assim como o acondicionamento, sobre bacias de retenção;
- e) Sempre que se recorrer à utilização de produtos ou substâncias químicas devem ser tomadas todas as medidas que se mostrem necessárias de modo a não pôr em causa a Saúde Pública.

4.3- Requisitos de Segurança

4.3.1- Os fornecedores deverão cumprir a legislação em matéria de segurança no que respeita à utilização de equipamentos/máquinas;

4.3.2- Os fornecedores devem garantir que os seus trabalhadores possuem conhecimentos técnicos inerentes às tarefas que lhes forem confiadas, bem como dos riscos profissionais que lhes estão associados, e que dispõem de equipamentos de trabalho adequados, de proteção coletiva e de proteção individual, assegurando a sua efectiva formação, uso e manutenção.

5- INSPEÇÃO DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É da responsabilidade do concorrente a inspeção dos locais onde serão prestados os serviços objeto do contrato e realizar neles os levantamentos indispensáveis à elaboração da sua proposta.

6- ANEXOS

Para a elaboração da proposta, faz parte integrante do presente Caderno de Encargos a seguinte cartografia em anexo:

QUARTEIRA	
Planta n.º 1	Área de intervenção de limpeza urbana – Zona Nascente de Quarteira